

## INFORMATIVO - POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Edição nº 015 - 29 de março de 2012

### A RENOVAÇÃO DO ACORDO AUTOMOTIVO BRASIL-MÉXICO

A renovação do Acordo Automotivo Brasil-México (Acordo de Complementação Econômica - ACE 55) foi certamente uma das prioridades da agenda comercial internacional do nosso País nesse início de 2012. O assunto foi o foco das atenções dos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), sob a orientação da Presidente da República, Dilma Rousseff. Sua conclusão, inclusive, ocorreu apenas quando após uma série de reuniões técnicas, os dois Ministros de Estado cancelaram as suas agendas no País e partiram para solo mexicano com o objetivo de fechar o Acordo.

As perguntas que ficam são: Quais as vantagens para o Brasil? O que o Brasil queria das negociações e o que ganhou? E ainda: O que mudou com o novo Acordo nos moldes como está? Pois bem, vamos às respostas.

O ACE 55 regula o comércio automotivo entre as partes, permitindo a importação de veículos, peças e partes de automóveis do México com redução de impostos e instituindo um percentual mínimo de nacionalização dos veículos vindos do país. O acordo isenta veículos da taxa de importação de até 35%, cobrada sobre carros de fora do México e do MERCOSUL. No entanto, após 10 anos de vigência do acordo, pela primeira vez o Brasil apresentou um déficit superior a US\$ 1,7 bilhão, em 2011, em sua relação com o México.

Motivada pelos resultados negativos da parceria, a presidente Dilma ameaçou romper unilateralmente o acordo. Todavia após receber ligação do presidente do México, Felipe Calderón, Dilma optou por buscar uma renegociação acerca do ACE 55. As principais exigências do Brasil para a manutenção do acordo foram: o maior conteúdo de autopeças mexicanas nos automóveis exportados para o Brasil; a inclusão de veículos pesados no acordo; e um dispositivo de “cotas” para a importação de veículos mexicanos.

Após intensas rodadas de negociação, lideradas pelos ministros das Relações Exteriores (MRE), Antonio Patriota, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, marcadas por diversos impasses, Brasil e México chegaram a um consenso. Ambas as partes optaram por um regime temporário, de três anos, para o nível de exportações de veículos leves livres de tarifas alfandegárias, do México para o Brasil. No primeiro ano, as exportações foram limitadas a US\$ 1,45 bilhão. No segundo, US\$ 1,56 bilhão e, no terceiro, US\$ 1,64 bilhão. A partir do quarto, voltarão a vigorar as disposições do Acordo de Complementação Econômica 55, ou seja, o livre comércio de veículos leves entre os dois países volta a ser isento de taxas de importação. As exportações também deverão respeitar percentuais de conteúdo regional que variarão de 30% a 35% ao longo do primeiro ano e, a partir do quinto ano, 40%. A medida permite ao México preservar parte de sua capacidade de exportação para o Brasil, enquanto permite a este frear a entrada de veículos mexicanos, preservando sua economia. Em relação à comercialização de veículos pesados, como ônibus e caminhões, os países concordaram em discutir a questão, no entanto, antes serão realizadas consultas e estudos sobre o tema.

Com o novo acordo, o Brasil prioriza a proteção da indústria nacional, assegurando maior estabilidade e competitividade ao seguimento. Segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a revisão do acordo é encarada pelo Governo como uma medida de proteção contra a crise internacional que afetou diretamente o setor industrial do país. Além de favorecer a indústria nacional, a mudança no ACE 55 contribui para uma reversão geral do desequilíbrio gerado, em grande medida, pela crise internacional, que, além de contribuir para a grande entrada de capital no país, motivou a supervalorização da moeda nacional.

Segundo o ministro Pimentel, a presidente da República, Dilma Rousseff, avaliou como positiva a solução encontrada para a situação conflituosa entre os dois países. Pimentel ainda ressaltou a possibilidade de rever outros acordos que, porventura, possam vir a prejudicar o país.

Brasil e México concordaram em realizar missões empresariais durante o ano para fortalecer as relações comerciais entre ambas as partes. Durante os encontros, deverão entrar em discussão outros aspectos do Acordo que não entraram em discussão durante a renovação, como é o caso dos itens incluídos como “partes e peças”.

## DESTAQUES

### DILMA SE REÚNE COM EMPRESARIADO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff realizou reunião com um grupo de 28 grandes empresários do Brasil. Após o evento, Dilma encomendou ao ministério da Fazenda um plano de ações para defender o setor produtivo nacional.

Entre os pontos da agenda empresarial está a reclamação de que o real valorizado leva a uma invasão de importados no país. Em resposta às demandas apresentadas, a expectativa é que as medidas tratem da desoneração da folha de pagamento, redução da taxa de juros, entre outros temas. Como efeito da reunião, foi prorrogada a isenção de IPI para os eletrodomésticos da linha branca.

### PESQUISA SOBRE CONFIANÇA ESTRANGEIRA NO BRASIL

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou a sexta edição do Monitor da Percepção Internacional do Brasil. De acordo com o estudo, os agentes internacionais percebem influência positiva do atual ambiente político doméstico sobre a decisão de grandes corporações com sede no exterior a investirem no Brasil.

O indicador relativo ao tema atingiu 45 pontos na edição de março, valor mais alto observado desde o início da pesquisa. Vale destacar ainda que pela primeira vez o Brasil foi apontado entre os três primeiros colocados no “*ranking* dos países que mais recebem IED (investimento estrangeiro direto) no mundo, nos próximos 12 meses”, conforme a opinião dos agentes internacionais entrevistados.

### LEVANTAMENTO SOBRE PROTECIONISMO NO BRASIL

A Câmara Internacional de Comércio (ICC), que reúne algumas das maiores empresas do mundo, publicou levantamento que aponta o Brasil como a economia mais protecionista de todo o G-20. Em vista das elevações de tarifas no Brasil, a Câmara declarou que tais medidas não resolverão a variação cambial e que o País corre o risco de perder competitividade se continuar nesse caminho.

Segundo o presidente da instituição, Harold McGraw, “o Brasil, mais cedo ou mais tarde, vai ter de liberalizar sua economia, se de fato quiser manter uma taxa importante de crescimento”.

### GOVERNO ANALISA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Considerando o atual cenário da economia brasileira, o Governo Federal tem estudado novas alternativas de implementação da desoneração da folha de pagamento para alguns setores que serão contemplados com o benefício nos próximos dias. De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, os ramos industriais incluídos no novo programa deverão ser isentos de pagar a contribuição patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de 20%, passando a pagar uma alíquota sobre a receita bruta que ainda não foi definida, mas será menor que 1,5%.

O Governo também analisa uma participação maior do Tesouro Nacional no benefício, que cobriria a perda de arrecadação previdenciária. A nova medida deve contemplar os setores das indústrias têxtil, naval, aeroespacial, de máquinas e equipamentos e de autopeças.

### NOVAS REGRAS PARA O DRAWBACK

O Governo Federal vem estudando a elaboração de uma Portaria para a aplicação de regras mais simplificadas do regime de drawback. O drawback é um incentivo tributário que livra a importação de insumos do recolhimento de tributos, desde que sejam utilizados para produtos destinados à exportação. Segundo o diretor de Normas e Competitividade no Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), André Favero, o assunto está sendo avaliado e deve ser regulado em Portaria Conjunta da SECEX com a Receita Federal, mas ainda não há um prazo para edição da medida.

A proposta de simplificação do regime foi uma sugestão da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) para aprimorar o mecanismo, a fim de que dê contribuições maiores à competitividade das empresas exportadoras brasileiras.

### CONTENÇÃO DA VALORIZAÇÃO DO REAL

O governo elevou de três para cinco anos a cobrança de 6% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país (empréstimos externos). De acordo com o Ministério da Fazenda, a nova medida visa proteger o real na guerra cambial e reduzir o fluxo de capital especulativo que entra no país para obter ganhos com a diferença entre os juros praticados nos países avançados e a taxa básica de juros brasileira.

A alteração vale nas liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 12 de março de 2012. Diante da desaceleração da indústria nacional, a medida compõe a escalada de medidas para evitar a valorização do real.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que o governo brasileiro descarta adotar qualquer tipo de barreira para os investimentos estrangeiros diretos destinados à produção. Para ele, a preocupação do governo tem sido em relação ao capital especulativo que é usado apenas para lucrar com os juros mais elevado no Brasil. Segundo o ministro, até agora os técnicos da área econômica não detectaram nenhum tipo de anormalidade com investimento estrangeiro.

### 4ª CÚPULA DO BRICS

A Presidenta Dilma Rousseff participou, na Índia, da 4ª Cúpula do BRICS juntamente com as demais autoridades dos países membros do grupo. O encontro teve como objetivo debater, dentre outros temas, o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança global. Entre os acordos firmados durante a Cúpula está a criação de um banco de desenvolvimento específico para a região do BRICS e a adoção de moedas locais entre as transações internas dos cinco países membros do bloco.

A proposta de criação do banco foi apresentada pelo primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh. A ideia é que a nova instituição seja uma espécie de alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Os detalhes serão fixados por um Grupo de Trabalho, formado por técnicos das cinco nações, que organizará sua criação.

## RADAR LEGISLATIVO

### Ministro da Fazenda debate a conjuntura econômica

Neste mês, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi até ao Senado Federal para discorrer sobre a conjuntura econômica brasileira. De acordo com a autoridade, o governo pretende adotar mais medidas contra a guerra cambial e a invasão do mercado interno com produtos importados, tendo em vista que este prejudica a indústria nacional. O ministro ainda criticou a prática adotada pelos países de manipular as taxas de câmbio para desvalorizar suas moedas e tornar seus produtos mais atrativos em mercados cuja economia doméstica está mais aquecida, como o Brasil. Além do mais, a autoridade ressaltou dois projetos prioritários para o governo: o projeto que cria o fundo de previdência complementar para servidores federais, aprovado ontem pelo plenário do Senado Federal e que seguiu para sanção, e o que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, ainda em discussão. Por fim, ele manifestou otimismo em relação ao crescimento da economia brasileira em 2012, que, segundo ele, deve ficar em torno de 4,5%.

### Alteração da alíquota do ICMS

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 0072/2010, que altera as alíquotas do ICMS, foi objeto de debates e várias negociações ao longo do mês. Na última semana, foram realizadas duas audiências públicas em conjunto das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com longa duração e que contaram com a presença dos governadores do ES, SC, GO, SP e CE, de representantes da indústria e dos trabalhadores e de especialistas da área tributária. Entre os chefes do Poder Executivo Estadual foi unânime a ideia de que é necessária a implementação de uma política de integração e desenvolvimento regional como forma de resolver as desigualdades nacionais. O presidente da FIESP, Paulo Skaf, afirmou que estudos demonstram que os incentivos fiscais dados por estados a produtos importados provocaram o fim de 915 mil empregos no setor industrial do país, além de contribuírem para o desenvolvimento industrial dos países estrangeiros e não da indústria nacional. Esse entendimento foi compartilhado entre os demais representantes da indústria e os da força sindical. Entre os especialistas tributários, houve divergência entre a constitucionalidade ou não da matéria, pois alguns defendem que a matéria deve ser regulamentada por projeto de lei complementar e não projeto de resolução.

### Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional

Na última terça-feira foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional. Segundo seu coordenador e também presidente da Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados, deputado Newton Lima (PT/SP), diversos fatores têm prejudicado a indústria brasileira, como a ofensiva comercial de países asiáticos; o baixo investimento nacional em pesquisa e desenvolvimento e em inovação tecnológica; e as medidas adotadas por governos estaduais de incentivo fiscal a produtos fabricados em outros países, a chamada “guerra dos portos”.

O evento contou com a presença de diversos parlamentares, além de representantes da indústria e de trabalhadores, dentre os quais, cabe destacar: o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf; a secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na condição de ministra interina, Heloísa Menezes; a presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Rose de Freitas; o prefeito de São Carlos, Oswaldo Barba, além de prefeitos de vários municípios e sindicalistas do Grande ABC. Dessa forma, segundo o coordenador da frente, a intenção é que este grupo seja interclassista e suprapartidário.

Vale salientar que a frente conta com o apoio de cerca de 300 parlamentares de vários partidos políticos, e que grande parte dos discursos proferidos durante o evento foi relativa especialmente ao recuo da participação da indústria nacional no Produto Interno Bruto (PIB), particularmente da indústria de transformação, e de mercadorias de alto valor agregado.

## AGENDAS

03/abril: Seminário Brasil-União Europeia sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, em Brasília (DF).

09-11/Abril: Visita oficial da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos.

Mai: Foro binacional de empresários Brasil-Argentina.

18-19/junho: Presidente Dilma Rousseff participa de reuniões do G20 no México.